

A CONVENIÊNCIA DA CULTURA: USOS DA CULTURA NA ERA GLOBAL

GEORGE YÚDICE

Vanderlei J. Zacchi*

Cultura é um tema amplamente discutido no mundo acadêmico na atualidade. O livro *A conveniência da cultura*, de George Yúdice, é mais uma importante contribuição para essa discussão. Assim como Eagleton (2005), o autor busca eliminar as clássicas distinções nas definições de alta cultura, cultura antropológica e cultura de massa. Para isso, faz uso do termo *expediency*, traduzido para o português como “conveniência”. A palavra, no entanto, tem um sentido adicional não contemplado na tradução do título: o de recurso, algo a que se recorre (um expediente) quando não há alternativa, mesmo que essa escolha implique uma postura moralmente condenável. O autor retira do *Dicionário Oxford* a definição de *expediency*: “meramente político (especialmente, com referência a interesses próprios) que descuida do que é justo ou certo” (p. 63).

Cultura como recurso, nesse caso, não se limitaria ao simples papel de mercadoria. No contexto da racionalidade econômica e ecológica da atualidade, os recursos culturais, assim como os naturais, não comportam uma exploração pura e simples. Mais do que isso, o que se deve buscar é o gerenciamento, a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento em cultura: “Discuto neste livro que o papel da cultura expandiu-se como nunca para as esferas política e econômica, ao mesmo tempo que as noções convencionais de cultura se esvaziaram muito” (p. 25). Novamente a discussão nos remete a Eagleton (2005, p. 91), que vai mais longe, ao afirmar que “a cultura é mais o produto da política do que a política a serva obediente da cultura”, vendo assim a necessidade de se colocar a cultura “de volta a seu lugar” (p. 184).

Yúdice, contudo, enxerga na arte e na cultura um potencial para estimular o crescimento econômico e melhorar as condições sociais de determinadas comunidades. É a economia cultural valendo-se da cultura como *recurso* para

* Doutorando em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo. E-mail: vanderlei@ufs.br.

outros fins. Aí também reside a importância de imigrantes, em cidades como Nova York, para a melhoria das economias locais. Como consumidores e trabalhadores, contribuem para uma complexidade cultural que está na base da renovação urbana e do dinamismo dessas comunidades. A arte e a cultura acabam por cobrir espaços não preenchidos pelo Estado, que, impulsionado pelo neoliberalismo, transferiu progressivamente para a sociedade civil a responsabilidade pela assistência social da população. A cultura – assim como a educação, a religião, o esporte e o lazer – assume papel de poder público, com funções pedagógicas e disciplinares. Os artistas se tornam educadores, ativistas e colaboradores, não sem alguma resistência, evidente em afirmações como “Os artistas não fazem milagres” (p. 435) ou “Somos artistas, não trabalhadores sociais” (p. 436).

Nesse contexto, a promoção da cultura como recurso requer a adoção de uma estratégia orientada pelos processos de gestão, afastando-se, portanto, da premissa gramsciana que define a cultura como um terreno de luta. Yúdice cita o caso dos movimentos sociais, que têm causa comum com fundações internacionais e órgãos governamentais, criando assim uma sociedade civil “colaboradora”, o que “demarca um novo desenvolvimento na conceituação do escopo da cultura, da política e da agência” (p. 373). Não há como negar, entretanto, que a influência gramsciana permeia todo o livro, sendo possível detectar, aliás, contradições em sua argumentação. É o caso de se perguntar, por exemplo, se essa sociedade civil colaboradora não implica negociação e luta, tanto política quanto simbólica, entre seus interlocutores. Em outro momento (p. 122), o autor define cultura tanto como recurso para a exploração capitalista quanto como fonte de resistência a esse mesmo sistema econômico. Recorrendo a Bakhtin, ele defende também uma agência que se apodere da “multiplicidade de lugares de encontro através dos quais a iniciativa, a ação, a política etc. são negociadas” (p. 215), lembrando que para este autor também o discurso é marcado por uma arena de conflitos sociais e lutas políticas.

Dessa forma, o livro apresenta uma série de apropriações e institucionalizações que pressupõem justamente algum tipo de negociação. Como é o caso de projetos centralizados na diversidade que propõem justiça social de maneira neoliberal, combinando tendências tão díspares quanto antiimperialismo e neoliberalismo. É um movimento de mão dupla. De um lado, nos Estados Unidos, a direita radical apropriou-se das táticas dos movimentos sociais, incluindo a desobediência civil. É o caso também do Departamento de Estado, que faz da diversidade uma exigência para a concessão de subsídios, demonstrando que o multiculturalismo saiu de instâncias contestatórias e alternativas para um ponto em que nenhum programa educacional o dispensaria. De outro, movimentos minoritários também se apropriam de elementos das forças dominantes. Yúdice cita o caso dos funkeiros da Zona Norte do Rio, que se vestem como os surfistas da classe média da Zona Sul, pirateiam a música negra norte-americana e vêm conquistando espaço no horário nobre da TV e em butiques chiques da cidade. Como nos Estados Unidos, artistas brancos da classe média, como Fernanda Abreu, vêm incorporando aspectos dessas “práticas culturais subalternas” (p. 182). Essas questões não implicam necessariamente uma despolitização dos movimentos, na visão de alguns de seus integrantes. Um DJ ligado ao movimento Afro Reggae afirma, por exemplo, que a solução é “dançar com o demônio sem sair queimado” (p. 214).

Yúdice aponta para o fato de que a direita norte-americana passou a utilizar questões culturais para ganhar notoriedade, mas desviando-as para uma direção mais conservadora. Conseqüentemente, tópicos como direito de aborto, educação sexual e biodiversidade são privilegiados no debate público, em detrimento de assuntos como desigualdade econômica e social. Esse discurso é facilmente percebido, mesmo no Brasil, em materiais didáticos de língua estrangeira, que se mostram extremamente preocupados com temas sociais em voga. Fiske (1990, p. 181) dá a isso o nome de deslocamento (*displacement*). Para expressar preocupação por um tema que é “reprimido” ideologicamente, é preciso *deslocá-lo* em direção a um tema legítimo, socialmente aceito. Mostrar preocupação pelo meio ambiente, por exemplo, é admirável, e sua aceitabilidade social faz dele um deslocamento bastante eficiente. Entretanto, sempre que um movimento cultural e/ou político “subalterno” é absorvido por um grupo dominante, abre-se espaço para o surgimento de outro(s), obrigando a uma permanente negociação entre as partes. Essa negociação não se dá fora das estruturas de poder, de modo que os movimentos sociais e culturais se vêem compelidos a forçar os limites, procurando romper a estrutura dentro da própria estrutura, muito semelhante ao que propõe a noção de hegemonia de Gramsci. Yúdice recorre a Bakhtin para ilustrar esse fato: “Todo ato cultural vive essencialmente nas fronteiras” (p. 340).

O autor conclui que “é possível apropriar-se dos avanços tecnológicos e cultivar uma comunidade interativa e de oposição” (p. 492) – o que pode ser comparado ao que propõe Octavio Ianni (2000) com seu “príncipe eletrônico”. Para “eradicar a apropriação do bem público por parte do novo regime de acúmulo capitalista baseado no trabalho cultural e intelectual” (p. 493), Yúdice sugere, surpreendentemente – já que o tema da educação não é abordado com freqüência no decorrer do livro –, que as instituições e ONG devem financiar uma alfabetização crítica, pois o reconhecimento das diferenças culturais por si só não basta.

REFERÊNCIAS

- EAGLETON, T. *A idéia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2005.
- FISKE, J. Ideology and meanings. In: _____. (Ed.) *Introduction to Communication Studies*. 2. ed. London: Routledge, 1990. p. 164-188.
- IANNI, O. O príncipe eletrônico. In: _____. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 139-166.

YÚDICE, George
<i>A conveniência da cultura:</i>
<i>usos da cultura na era global.</i>
Trad. Marie-Anne Kremer.
Belo Horizonte: UFMG, 2004. 615 p.